



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANA MARIA PRESTES RABELO

A participação política em tempos de globalização:
O Fórum Social Mundial inaugura o movimento
social global.

Belo Horizonte, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANA MARIA PRESTES RABELO

A participação política em tempos de globalização:
O Fórum Social Mundial inaugura o movimento
social global.

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em
Ciência Política da
Universidade Federal de
Minas Gerais como
requisito parcial para
obtenção do Título de
Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Avritzer

Belo Horizonte, 2006.

ANA MARIA PRESTES RABELO

A participação política em tempos de globalização:
O Fórum Social Mundial inaugura
o movimento social global.

Data da Defesa: 27 de janeiro de 2006.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Avritzer (orientador – UFMG)

Prof. Dr. Juarez Guimarães (UFMG)

Profª. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras (PUC-MG)

Aprendi que estar entre os que amo é o bastante.

(Walt Whitman)

Este trabalho é dedicado
ao Kerison, meu companheiro de todas as horas
e à pequena Helena,
que está a caminho...

“Nada lhe posso dar que já não exista em você mesmo. Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens, além daquele que há em sua própria alma. Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o impulso, a chave. Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo”.

(Hermann Hesse)

Agradeço à paciência do meu orientador,
Prof. Dr. Leonardo Avritzer,

ao estímulo constante dos meus pais,
José e Ermelinda,

ao apoio dos queridos Sebastião e Kenia,
que me adotaram como filha e irmã desde que cheguei em BH,

ao amigo Pedrinho Leão pelas intermináveis conversas,

à amiga Natália Chagas pela imprescindível ajuda com o português,

à amiga Renata Peixoto pela ajuda com o inglês,

ao Plínio, à Kathia, à Salete, à Manu, à Titi e a todos com
quem dividi as vivências de cada Fórum Social Mundial

às amigas Daniela Mateus, Clarice Barreto, Áurea Motta e Luciana Santana
com quem pude compartilhar “as dores e as delícias” da trajetória do mestrado

aos colegas da turma do mestrado 2004, Vanuzia, Ana Flávia, Marta, Izabela,
Edite, Sérgio, Wagner, Dawisson e Marco, pela especial relação de
companheirismos que conseguimos criar

e ao CNPq pelo apoio financeiro.

RESUMO

O mundo vive um acelerado processo de estreitamento de suas fronteiras, físicas, econômicas, políticas e culturais. Ao mesmo tempo em que se aprofundam desigualdades sistêmicas, dividindo o mundo em Norte e Sul. A este processo chamamos globalização, que por seu caráter contraditório possui facetas hegemônicas e contra-hegemônicas. A emergência de um sistema de governança global, liderado pelos estados centrais do capitalismo e agências internacionais, de forma simultânea com o surgimento de um amplo movimento de participação política antiglobalização, nos levou a questionar a relação entre os dois fenômenos. Através da análise de dados do Fórum Social Mundial, buscamos entender como tem se dado a globalização da participação política e qual o seu papel na formação de uma globalização contra-hegemônica.

Palavras-chave: globalização, movimentos sociais, sociedade civil global, participação política, democracia, Estado-nação.

ABSTRACT

The world lives in an accelerating narrowing process of its boundaries, physical, economic, political and cultural ones. At the same time the systemic inequalities are deeper, dividing the world in North and South. This process is called globalization, and its contradictory character has hegemonic and counter hegemonic faces. The global governance system emergence, led by the capitalism central states and international agencies, simultaneously with the surging of a vast antiglobalization political participation movement, made us ask about the relationship between the two phenomena. Throughout the World Social Forum data analysis, we intend to understand the globalization of the political participation and its role to a counter-hegemonic globalization.

Key words: globalization, social movements, global civil society, political participation, democracy, National-State.

SUMÁRIO

Introdução – <i>A participação política ganha novas fronteiras</i>	08
Capítulo 1 – <i>Para entender a globalização da participação política</i>	15
Capítulo 2 – <i>Um olhar sobre o Movimento Social Global</i>	49
Capítulo 3 – <i>Fórum Social Mundial, de Porto Alegre a Mumbai</i>	94
Conclusão – <i>Qual democracia? Para que mundo novo?</i>	137
Referências Bibliográficas	142
Lista de Abreviaturas e Siglas	149
Anexos	150

* INTRODUÇÃO *

A participação política ganha novas fronteiras

“Na vida, o que aprendemos mesmo é a sempre fazer maiores perguntas”.

João Guimarães Rosa

A crescente internacionalização ou globalização, como se convencionou denominar, das esferas econômicas, políticas e sociais que regem a atual dinâmica de existência e convivência da humanidade é debate corrente na ciência política contemporânea¹. As mudanças provocadas no sistema mundial de Estados nacionais, a formação de uma sociedade civil que exerce pressão por um protagonismo global e os crescentes desafios apresentados à democracia perante a globalização são alguns dos sintomas da nova Era Global.

Entendemos como atualidade a fase inaugurada com a queda do Leste Europeu. Denominação genérica para uma região do planeta que, durante boa parte do século XX, representou o exercício da experiência prática de um modelo socialista, através do regime soviético. A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas trouxe o fim da bipolaridade, popularmente conhecida como *Guerra Fria*, e a ascensão hegemônica dos Estados Unidos da América como potência econômica, política e militar do período que se instaurava.

Podemos dizer que já vivemos há uma década e meia sob esta nova condição mundial e que somos testemunhas, desde então, de um aprofundamento das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de forma globalizada. Compreender como as sociedades vêm se organizando desde então, e quais as mudanças provocadas nas relações internacionais, nos

¹ Ver: FALK, 1999; SANTOS, 2000; HIRST & THOMPSON, 2001; WALLERSTEIN, 2002.

Estados Nacionais, nas democracias e na forma de participação política são tarefas fundamentais para os cientistas sociais no presente momento.

É com este entendimento que procuraremos decodificar os sinais emitidos pelos movimentos sociais hoje organizados, pela expressão de novas formas de comunicação e participação política, pelas novas práticas de exercício da democracia e pelas mudanças no papel dos Estados Nacionais na contemporaneidade. O Fórum Social Mundial, entendido como um processo muito maior que o evento de seis dias que se dá anualmente, será nosso principal fornecedor de material empírico para a investigação.

O objetivo da presente pesquisa é demonstrar que existem novidades importantes no âmbito da participação política. Impulsionadas e “facilitadas” por um crescente desenvolvimento das tecnologias de comunicação, tal como apontado no estudo *Contested Space: The internet and the global civil society* (NAUGHTON, 2001), estas novidades são dificilmente enquadradas nas teorias democráticas existentes. Isto se dá, principalmente, porque os estudos sobre democracia têm se dedicado a entendê-la no âmbito do Estado territorial e as novas formas de participação política a que nos referimos extrapolam os limites do Estado-nação e vão buscar a democratização das decisões supranacionais. Isto vem exigindo uma constante atualização e um cuidado elaborador e formulador por parte dos cientistas políticos da contemporaneidade.

Destacamos como principais novidades, as manifestações mundiais simultâneas, como o 15 de fevereiro de 2003, contra a instalação da guerra no Iraque; as reuniões mundiais paralelas às reuniões de cúpulas estatais, tais como a recente “Cumbre de los Pueblos” em Mar del Plata na Argentina (nov/2005) durante a Cúpula das Américas; os encontros mundiais como o Fórum Social Mundial (2001 – 2005); a formação de redes globais de experiências

democráticas inovadoras locais, como o Orçamento Participativo. Tais mudanças acompanham importantes alterações no sistema mundial de tomadas de decisões com uma crescente internacionalização de instâncias de debates e deliberações governamentais multilaterais.

Faremos esta investigação dialogando com os conceitos de democracia, sociedade civil, hegemonia, globalização e Estado Nacional. Formulações sobre estes conceitos e as discussões decorrentes são encontradas de forma ampla na literatura das Ciências Sociais, faremos escolhas que são inevitáveis e tentaremos combinar interpretações que não se excluem. Buscaremos utilizar também formulações geradas no seio dos próprios movimentos sociais que produzem interpretações sobre as situações que estão vivenciando.

Buscaremos evidenciar que existem novidades no campo da democracia e como elas se manifestam, quais são suas características principais, como estão correlacionadas com as mudanças sofridas no âmbito da política, da economia, da cultura e das relações sociais nos últimos anos. Buscaremos demonstrar ainda como se sustentam na nova condição mundial, globalizada, e qual é a coerência interna e externa do que se propõe a fazer. Responder estas questões faz parte do objetivo da pesquisa desenvolvida. Nosso “campo de trabalho” será o processo Fórum Social Mundial, com seus antecedentes, eventos e processos por ele desencadeados.

A hipótese central que nos guiou foi colocar à prova a assertiva de que a crescente internacionalização dos fóruns decisórios criou um déficit democrático² entre os cidadãos

² O conceito de déficit democrático é encontrado em Habermas, no livro *La Constelacion Posnacional*, em que o autor identifica a criação de um alto déficit democrático, acentuado pelo processo de internacionalização de decisões centrais para a vida de trabalhadores e cidadãos em geral especialmente na Europa. Segundo o autor: “devido a que até agora a idéia de uma sociedade democrática que pode atuar sobre si mesma somente foi levada a cabo de forma convincente em um marco nacional, uma constelação pós-nacional suscita este alarmismo que tudo paralisa ou este desconcerto ilustrado que podemos observar nos fóruns políticos. A paralisante perspectiva,

nacionais e órgãos multilaterais de deliberação, não preenchido pela participação das representações governamentais. A criação deste déficit democrático gerou uma demanda de organização de uma sociedade civil global capaz de criar consensos mundiais sobre temas que afetam grande parte da humanidade. Tal situação não aponta para a extinção do Estado nacional, mas para sua reconstituição em novas bases e para uma articulação com uma forma pós-nacional de participação.

Da hipótese central, derivaram algumas hipóteses secundárias sugerindo primeiramente que, a busca por atender a uma demanda participativa gerou os movimentos antiglobalização e os Fóruns Sociais Mundiais; a reorganização dos movimentos sociais no nível global se deu de uma forma casada a uma onda de inovações democráticas e participativas locais, como podemos observar no Brasil e na Índia e, por fim, que a dinâmica global de participação política alimenta as dinâmicas nacionais e locais de organização da sociedade civil através dos movimentos sociais.

Tais hipóteses surgiram principalmente da observação sobre a escalada de uma dinâmica global de tomada de decisões políticas e econômicas, principalmente, que se distancia cada vez mais dos seus principais atingidos, os cidadãos nacionais. Ao mesmo tempo em que o mundo vive a difusão do modelo liberal de democracia representativa, apresentada pela globalização hegemônica como a melhor forma de organização das sociedades humanas, as pessoas se vêem cada vez mais afastadas da possibilidade de opinar e influir em decisões que atingem diretamente suas vidas. Tal fenômeno pode ser notado pela multiplicação de encontros internacionais da ONU (Organização das Nações Unidas), OMC (Organização

segundo a qual a política nacional se reduzirá no futuro a um mais ou menos inteligente *management* da força adaptada aos imperativos que as economias nacionais devem cumprir para preservar sua posição dentro de uma economia global, esvaziando o debate político de seu último resquício de substância”.

Mundial do Comércio), BM (Banco Mundial), FMI (Fundo Monetário Internacional), G8 (Grupo dos oito países mais ricos do mundo) e de corpos regionais como a União Européia, a APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e o Mercosul.

O vácuo, criado entre o que se discute e aprova nos encontros multilaterais ou globais e o entendimento e a opinião dos cidadãos nacionais sobre tais decisões, gerou um espaço político a ser preenchido. As movimentações de uma globalização contra-hegemônica expressam uma pressão participativa latente no seio das sociedades nacionais. As mobilizações e manifestações populares do dia 15 de fevereiro de 2003, contra a instalação da guerra no Iraque, configuram o melhor exemplo. Um conjunto expressivo de organizações e cidadãos de várias partes do mundo se sentiu privado da possibilidade de opinar sobre a deflagração ou não de uma guerra promovida por uma frente de Estados Nacionais e encontrou uma forma de expressar sua opinião:

Protestos contra uma ação militar dos EUA no Iraque reuniram ontem milhões de manifestantes em cerca de 60 países, marcando ação global inédita, articulada principalmente via Internet, foi a maior mobilização antiguerra da história. Segundo agências internacionais, ao menos 5 milhões de pessoas foram às ruas. Os maiores atos ocorreram na Espanha, na Itália e no Reino Unido, nações cujos governos apóiam os objetivos bélicos americanos. Barcelona reuniu 1,3 milhão de militantes; Roma, 1 milhão; e Londres, 750 mil. Em Berlim, mais de 600 mil ativistas ergueram cartazes contra a guerra. Em Paris, cerca de 250 mil marcharam. Nos EUA, a principal passeata, com 250 mil pessoas, ocorreu em Nova York (Folha de São Paulo, 16/02/2003).

Tras una histórica jornada de movilizaciones, el presidente Bush está dispuesto a desplegar toda la maquinaria mediática necesaria para convencer a los miles de ciudadanos que ayer gritaron no a la guerra (El País, 16/02/2003).³

In cities worldwide, marchers demand peaceful solution: Millions join rallies against a war (...) Millions of people in hundreds of cities from Hollywood to Baghdad demonstrated over the weekend in an attempt to turn back the tide toward a war in Iraq (Herald Tribune, 17/02/2003).⁴

³ Depois de uma histórica jornada de mobilizações, o presidente Bush está disposto a empregar toda a maquinaria midiática necessária para convencer os milhões de cidadãos que ontem gritaram não à guerra.

⁴ Em várias cidades ao redor do mundo, manifestantes exigem uma solução pacífica: milhões integraram os protestos contra a guerra (...) Milhões de pessoas em centenas de cidades, de Hollywood a Bagdá protestaram durante o final de semana em uma tentativa de evitar uma guerra no Iraque.

Tal situação gera a discussão sobre o papel do Estado Nacional na atualidade. A partir do momento em que a globalização pressiona o Estado-nação a se tornar um ator fundamental no jogo de decisões internacionais, são colocados em perigo os acordos estabelecidos entre governos e seus cidadãos. Tais cidadãos e suas organizações também sofrem pressão para se globalizar e expressar sua opinião em uma esfera supranacional, por muitas vezes não se sentirem representados pelo governo de seus Estados, como visto acima. Ao mesmo tempo, internamente, seguem fortes as tradições políticas nacionais, os Estados buscam governar com base na soberania e na legitimidade garantidos pelos preceitos da territorialidade e do uso da força coercitiva. Não sem sofrer as consequências das políticas impostas pela onda neoliberal, que varreu o mundo na década passada e impôs sérias restrições ao exercício dos governos nacionais e à manutenção da soberania.

Todas estas questões serão amplamente discutidas nas páginas que se seguem. Buscando contextualizar o mundo em que vivemos, cada vez mais globalizado, e responder às perguntas que nos moveram a empreender esta pesquisa no universo dos movimentos antiglobalização e do Fórum Social Mundial.

* CAPÍTULO 1 *

Para entender a globalização da participação política

“É a teoria que decide o que podemos observar”.

Albert Einstein

Qual Globalização?

Já tivemos a oportunidade de discutir de forma mais detalhada o fenômeno da globalização no trabalho final de graduação em Ciências Sociais (UFMG, 2003), intitulado *A participação política na Era Global: O Fórum Social Mundial*. Durante o estudo, identificamos três tendências de interpretação da globalização através da análise de pelo menos três dos campos em que seus aspectos se destacam: a política, a cultura e a economia. Cada tendência, seja a dos “globalistas”⁵ - que enxergam a globalização como um fenômeno absolutamente novo; a dos “céticos” - que não percebem muita diferença dessa fase para as fases anteriores do imperialismo; ou a dos que interpretam a globalização como uma fase que sintetiza a continuidade da expansão do capitalismo com novidades significativas, será tratada a seguir.

Uma primeira tendência é a dos defensores da globalização como uma etapa completamente nova em que estaríamos obrigados a repensar todas as categorias econômicas, sociais e culturais que balizaram nosso esforço de entendimento da realidade até aqui (HARDT & NEGRI, 2001; GIDDENS, 1991). O livro *Império*, de Hardt & Negri (2001), é um forte expoente da tendência que considera o atual estágio de globalização, não como um produto histórico, mas como algo espetacularmente novo que se instaurou no planeta:

⁵ David Held, em seu livro *Prós e contras da globalização* sugere essa diferenciação entre os campos de intérpretes da globalização: “globalistas” e “céticos”. A que nós acrescentamos uma terceira tendência que preferimos não rotular.

(...) o conceito de Império apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente (HARDT & NEGRI, 2001).

Para os autores dessa tendência, a globalização não é sinônimo do imperialismo ocidental, mesmo não negando que a globalização possa servir aos interesses de poderosas forças sociais do Ocidente. A realidade social seria composta por diversos processos inter-relacionados seja na área econômica, tecnológica, política, cultural, natural, etc. Sem um padrão fixo ou pré-determinado de desenvolvimento histórico.

O centro governante do Império não estaria vinculado a nenhuma nação, apesar de nascer na Europa e se estender posteriormente para os EUA, sua base territorial seria o mundo como um todo. As forças contestatórias deste sistema também não teriam territorialidade, sua geografia ainda estaria sendo escrita com resistência, luta e desejos de uma “multidão”. No aspecto político a globalização teria transformado o Estado em uma arena fragmentada de formulação de decisões políticas, permeada por redes transnacionais e órgãos ou forças internas. De forma semelhante, a dinâmica transnacional estaria penetrando a sociedade civil e alterando sua forma.

Ao abordar o aspecto cultural, a tese do “império” identifica que as pessoas de toda parte estão expostas como nunca aos valores culturais de outras culturas. Em um mundo em que nada, nem mesmo a diferença lingüística, pode deter o fluxo de idéias e culturas. Nesse processo de globalização cultural as empresas teriam substituído os Estados na produção e distribuição cultural. As fronteiras geográficas são assim superadas, na medida em que os indivíduos e coletividades vivenciam acontecimentos e fenômenos fora de seu espaço territorial. Junto com esse descolamento territorial estaria surgindo uma consciência global,

em que valores universais de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente estariam se globalizando.

No aspecto econômico, é identificada uma interação econômica global sem precedentes e a tendência é de uma intensificação da integração nas e entre as regiões. As economias nacionais já não estariam funcionando como sistemas autônomos de criação de riqueza, uma vez que as fronteiras nacionais estariam perdendo terreno para multinacionais e organismos multilaterais na condução e organização da atividade econômica.

Uma segunda tendência, radicalmente oposta à primeira, seria expressa por um ceticismo quanto a real novidade do fenômeno da globalização. Hirst e Thompson, autores de *Globalização em questão* (2001) atribuem o atual fenômeno da Globalização a uma continuidade do processo evolutivo do capitalismo, que sempre esteve em busca da constituição de uma economia mundial. Este não seria um momento sem precedentes, encontrando suas origens no início do capitalismo, e forte semelhança com o período que se inicia em 1860, com a internacionalização do capital e formação dos primeiros monopólios. Além de ter forte identidade com os anos pré-primeira grande guerra, nos quais já se firmavam eficientes sistemas de comunicação a longa distância, meios de transporte industrializados e maior liberdade de migração do trabalhador. A globalização seria, portanto, muito mais um mito e uma construção ideológica que ajudaria a justificar e legitimar um projeto neoliberal global, com a criação de um livre mercado e a consolidação do capitalismo anglo-americano.

O fim do século XX, para os autores dessa tendência, apontou para a consolidação da era do Estado-nação moderno. Os Estados reivindicaram cada vez mais o monopólio do uso legítimo

da força e da regulamentação das leis, investiram em seu contingente militar como símbolo nacional, consolidaram seus regimes fiscais e procuraram organizar sua comunicação nacional. Do mesmo modo foram reforçados os pactos e acordos entre governos e cidadãos, fundamentando sua legitimidade. Poucos são os Estados dispostos a abrir mão de tal legitimidade e principalmente do princípio de soberania, mesmo que suas possibilidades de realizar escolhas políticas nacionais sejam cada vez mais restritas.

As condições encontradas na criação do Estado moderno foram também condições que geraram o sentimento de nacionalidade. O que se observa no período recente, segundo Hirst e Thompson, é um fortalecimento dos símbolos nacionais, no interior do Estado, e do nacionalismo, invalidando a tese da globalização generalizada da cultura. A luta pela identidade nacional e pela consolidação das nações foi tão forte que os autores dessa tendência duvidam que possam ser desgastadas por forças transnacionais e pela cultura global de massas. O surgimento de novas redes eletrônicas de comunicação e de tecnologia de informação estaria contribuindo para intensificar e reavivar os laços de identidade étnica e nacional e não para esgarçá-los.

No campo econômico, Hirst e Thompson tentam demonstrar que apesar do aprofundamento da internacionalização do mercado econômico empresas genuinamente transnacionais não existem, todas tem uma base nacional muito forte. A mobilidade do capital, que passa a ser mais volátil, não significa a transferência de investimentos e empregos dos países avançados para os em desenvolvimento. Não se poderia dizer que a atual economia é realmente global, pois seu “pólo concêntrico” segue sendo EUA, Europa e Japão. E tal pólo influencia significativamente a economia global, demonstrando que não está desregulamentada e muito menos livre de doutrinas econômicas encabeçadas pelas elites políticas de cada país. Seja no

aspecto financeiro, tecnológico, laboral ou produtivo, os dados não confirmam a existência ou a emergência de uma economia global única, até as empresas multinacionais continuam majoritariamente dependentes dos mercados nacionais ou regionais, ao contrário do que se apregoa sobre o capital absolutamente volátil. O que há de fato é uma internacionalização significativa da economia global com precedentes, e uma intensificação dos vínculos entre as diferentes economias nacionais. A imensa maioria da população humana continua excluída do mercado global e cresce a defasagem entre o norte e o sul.

Existe uma terceira tendência analítica do fenômeno da globalização que se diferencia das duas apresentadas anteriormente por considerar a globalização como o prosseguimento de um longo processo de acumulação e expansão do capital, mas com novidades importantes e significativas quando comparada a momentos anteriores de desenvolvimento do capitalismo global. Não ficaria, portanto, entre os que consideram estarmos vivendo um momento absolutamente novo e sem relação com estágios anteriores de desenvolvimento do capitalismo, e também não figuraria entre os absolutamente céticos quanto à singularidade dos aspectos inovadores da atual etapa de desenvolvimento da globalização neoliberal (SANTOS 2000; AMIN 1997; WALLERSTEIN 2002; ROBERTSON 1992; COX 1997; CHOMSKY 1994).

Segundo essa posição, a globalização constitui um fenômeno não completamente novo, mas um processo que, tendo como centro os países do norte, com seus blocos políticos, agências financeiras, empresas multinacionais, se impõe aos países do sul, promovendo uma globalização neoliberal, segundo os preceitos do Consenso de Washington, não só econômica, mas também política e cultural. Nesse sentido, as principais mudanças ocorridas no atual período da globalização são resultado de uma combinação de alterações sofridas nestes

fatores de forma desigual, mas sistêmica. É possível identificar nas mudanças ocorridas em cada um dos aspectos citados os traços de uma globalização hegemônica que enfrenta distintos níveis e formas de resistência expressas por uma globalização contra-hegemônica, sobre a qual discorreremos mais adiante, e por isso mesmo se apresenta de forma aparentemente desconexa na economia, na política e na cultura.

Apresentando a globalização com duas facetas, uma hegemônica e outra contra-hegemônica aqueles que compartilham da terceira tendência aqui exposta evidenciam uma leitura que leva em conta as contradições presentes nos fenômenos sociais e históricos. Diferenciando-se assim dos teóricos do “império” que, mesmo apregoando uma nova sociedade e uma nova ordem internacional, acabam “naturalizando” o capitalismo e as premissas convencionais do neoliberalismo. A identificação de uma disputa interna (hegemonia x contra-hegemonia) presente no fenômeno da globalização revoga a tese do processo “irresistível e irreversível” que se apresenta de forma implacável perante os Estados democráticos, conforme Hardt & Negri.

Deste modo, há uma aproximação com a análise mais cética quando se percebe a globalização como a continuidade de um processo que pode ser identificada através dos atores, instituições, normas, regras e procedimentos que emergem de uma fase anterior de desenvolvimento do capitalismo. Os atores estratégicos, como as empresas transnacionais, antes de base mais nacional; os países industrializados; instituições decisivas como o FMI e Banco Mundial, criados no pós-segunda guerra mundial e as regras ditadas pelos Estados Unidos e o neoliberalismo global, surgiram em uma fase pré-globalização neoliberal.

O reconhecimento da globalização como a continuidade de um desenvolvimento imperialista da dinâmica capitalista global não exclui uma leitura das “novidades” trazidas, principalmente, para a política e a democracia. Provar o surgimento e a existência destes fenômenos é um dos objetivos do trabalho. Nas linhas que se seguem analisaremos como se distinguem a globalização hegemônica e a contra-hegemônica, e como as disputas inerentes ao seu aspecto contraditório são notáveis, destacadamente nas mudanças vivenciadas pela participação política na contemporaneidade.

Globalização Hegemônica x Globalização Contra-Hegemônica

Para introduzirmos o tema da globalização hegemônica e sua contrapartida contra-hegemônica, precisamos nos deter primeiramente no conceito de “hegemonia”, como ele é entendido na Ciência Política e nas Ciências Sociais de uma forma geral, e como nós o adotaremos na análise da globalização da participação política. A palavra hegemonia vem do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, ser “guia”; ou do verbo *eghemonieuo*, “comandar”, “preceder” e dá origem à palavra *eghemonia* que significa o ato de caminhar à frente, liderando⁶.

O pensamento político moderno tem como uma de suas principais fontes para o entendimento do fenômeno da hegemonia a tradição marxista, expressa principalmente através dos escritos de Lênin e Gramsci. Ao buscar entender a fundo como se dá a dominação da classe dominante a partir, principalmente, da afirmação de Marx de que “*as idéias dominantes são as idéias da classe dominante*”, o que mais tarde foi resumido simplesmente como *ideologia da classe dominante*, os teóricos marxistas que se aprofundaram na análise da dinâmica mais prática de

⁶ Gruppi, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci* (1978).

funcionamento de sociedades específicas, como Lênin com a Rússia e Gramsci com a Itália, se depararam com a necessidade de teorizar o fenômeno da hegemonia.

Lênin, no seu exercício de realizar uma “*análise concreta da situação concreta*”, ou seja, através de uma teoria marxista geral do capitalismo compreender a dinâmica específica da sociedade russa, buscou um entendimento sobre a forma em que se dava a dominação e a constituição do poder. A pergunta que guiou Lênin em seu aprofundamento teórico foi: como se produz a luta de classes em uma formação econômico-social? Ele foi percebendo que não era somente com o uso da violência e da repressão do Estado que uma determinada classe buscava a condição de dominação, mas também através da formação de alianças em torno de interesses sociais e experiências políticas:

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser "popular" com a condição de englobar o proletariado e os camponeses, essas duas classes constituíam, então, "o povo". Essas duas classes são solidárias, visto que a "máquina burocrática e militar do Estado" as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do "povo", da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a “condição prévia” da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível. (LENIN: *O Estado e a revolução*, 1917).

Embora Lênin não tenha se referido explicitamente a este fenômeno como a essência da hegemonia, deixou entendido que, somente quando o proletariado, através da direção política e cultural do seu partido, conseguisse criar um sistema de alianças de classes que permitisse à população trabalhadora se voltar ideologicamente contra o capitalismo e o Estado burguês, seria possível que o poder passasse a ser disputado de fato com a burguesia, através da instituição da ditadura do proletariado. Segundo Gramsci, *a revolução apresenta-se praticamente como hegemonia do proletariado que guia o seu aliado: a classe camponesa* (GRAMSCI: *L'Ordine Nuovo*, 1919 apud BUCI-GLUCKSMANN, Cristine. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980).

O italiano Antonio Gramsci retoma as reflexões de Lênin, primeiramente em *A questão meridional* (1926) e em seguida nos *Cadernos do Cárcere* (1929-1935). Gramsci é um dos teóricos marxistas mais controversos e polêmicos dentro da tradição marxista mais ortodoxa. Diferencia-se, por exemplo, dos que retiram dos escritos de Marx a conclusão de que a pura e simples crise econômica final do capitalismo provocará o surgimento do socialismo. Gramsci entende que a superação do capitalismo só virá com a conquista do poder político e que tal poder não está concentrado meramente no aparato estatal, mas é principalmente um sistema de relações, não só econômicas mas também políticas e culturais. Dentro desse complexo de relações, estão as relações culturais de dominação para as quais Gramsci dedicou especial atenção e o ajudou a desenvolver o conceito de hegemonia legado por Lênin:

A tarefa de toda concepção dominante (que, sendo dominante, torna-se, portanto também fé, também ideologia para as grandes massas, não conscientemente vivida em todos os pressupostos e em todos os seus aspectos) consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado precisamente por aquela determinada ideologia (GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, 1999).

Resumir o conceito de hegemonia de Gramsci é uma tarefa inglória e injusta com o teórico, mas algumas vezes o trabalho nos impõe estas arbitrariedades. A grosso modo, poderíamos dizer que, em Gramsci, a hegemonia de um certo grupo social é a representação dos interesses políticos e valores culturais deste mesmo grupo. Através destes interesses, o grupo dominante exerce uma dominação política e cultural sobre outros grupos sociais “aliados” influenciados por ele, restando para os inimigos: a violência e a coerção. A hegemonia não é exercida somente através da produção do consenso, e nunca é aceita de forma passiva, por mais abrangente que tenha se tornado seu campo de influência e dominação. O grupo hegemônico é obrigado, portanto, a estar sempre se renovando e se modificando de modo a neutralizar o adversário, até mesmo incorporando suas reivindicações, de forma maquiada e sem comprometimento dos valores essenciais do grupo hegemônico. Nas palavras de Gramsci,

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também com a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o tem fortemente na mão, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 1978).

Justamente porque o exercício da hegemonia enfrenta resistência é que podemos dizer que ela não constitui um sistema formal fechado, hermético. A todo instante ela se vê ameaçada, seja em sua dimensão cultural, política ou social. Ela está prenhe de contradições e vulnerabilidades. A resistência ou a crítica ao sistema hegemônico configura a contra-hegemonia, à qual a hegemonia se vê permanentemente obrigada a resistir. De outro modo, seria impossível pensar em mudanças nas sociedades. Para os efeitos dessa dissertação, pensamos ser importante vislumbrar a hegemonia e a contra-hegemonia no contexto da globalização, sob seu aspecto político e cultural, sobretudo.

Tendo isto em mente e assumindo os riscos de fazer uma transposição forçosa do entendimento gramsciano de hegemonia em uma dada sociedade para um contexto mundial, além do Estado-nação, buscaremos “traduzir” tal entendimento para continuar nossa leitura da globalização neoliberal em curso e os desafios apresentados à democracia e à participação política.

Um dos autores contemporâneos que mais tem contribuído no exercício de decifrar as características da globalização hegemônica e da sua resistência contra-hegemônica é o sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Antes de elucidarmos suas considerações, no entanto, é importante delimitar que para Santos, diferentemente do que encontramos em Gramsci, o exercício contra-hegemônico, no caso global, se caracteriza por resistência e iniciativa pró-ativa não visando a conquista específica de um poder global. Mesmo porque tal poder é ainda

difuso e parcamente interpretado pelo acervo teórico sobre a globalização constituído até aqui. Explicando melhor, para Gramsci a busca pela hegemonia, através da consecução de alianças e a difusão de valores culturais e interesses políticos, não tinha um fim em si mesmo. Só fazia sentido tal busca se estivesse justificando uma ação prática revolucionária de tomada de poder utilizando inclusive os recursos da força militar em seu estágio final. O que queremos deixar claro é que, para Santos, tal tomada de poder revolucionária, em um espectro global, não consta como um fim último da globalização contra-hegemônica e, mesmo que constasse, seria um exercício de absoluta abstração, uma vez que não existe tal coisa como um Estado mundial.

Santos identifica processos hegemônicos e contra-hegemônicos como componentes da globalização neoliberal. As forças representadas em cada um desses processos são as responsáveis pelo conjunto de tensões e disputas características do momento atual. As forças impulsionadoras da globalização hegemônica têm um centro nos países centrais do capitalismo que formam um bloco juntamente com agências financeiras e empresas multinacionais. Suas principais diretrizes estão expressas no Consenso de Washington (Estado fraco, democracia liberal, primazia do direito, ocidentalização cultural) (SANTOS, 2001).

As forças da globalização contra-hegemônica são mais difusas, representadas principalmente pelos países do sul ou periféricos, pelos processos de resistência ativa, mobilizações sociais, iniciativas locais não hegemônicas de experiências democráticas, redes de cooperação, afirmação de culturas e identidades, lutas por direitos. Um forte componente da globalização contra-hegemônica e que nos interessa de modo particular são as iniciativas contra-hegemônicas de participação política, seja no nível local, nacional ou transnacional, como veremos mais adiante.

Antes de avançarmos, no entanto, seria importante demonstrar como Santos compreende o funcionamento dos “processos da globalização”. Para o autor, são quatro as formas de globalização, duas hegemônicas e duas contra-hegemônicas. Uma primeira, hegemônica, ele denomina de localismo globalizado, é o processo através do qual determinado fenômeno local é globalizado com êxito e se difunde pelo mundo. A proliferação do uso da língua inglesa é um exemplo de difusão de um modo de vida anglo-saxão. A consequência desse processo seria a exclusão ou a inclusão subalterna de outros modos de vida, ou outras expressões lingüísticas, conforme o exemplo. Já o globalismo localizado, outro modo de produção hegemônica, reflete o impacto local ou regional de práticas transnacionais. Os exemplos poderiam ser a degradação do meio ambiente, o aquecimento global, o aumento do fluxo de capitais e bens culturais.

Outro componente, fator ou forma de globalização, esse contra-hegemônico, seria o cosmopolitismo, expressando toda forma de resistência ao sistema de trocas desiguais, por parte de grupos de indivíduos, instituições, classes, regiões e mesmo Estados nacionais. As formas cosmopolitas de globalização são contra-hegemônicas, pois propõe lógicas, valores e sistemas diversos de integração mundial das dominantes. Elas podem ser organizadas ou espontâneas. Articuladas através de redes, movimentos identitários, mobilizações mundiais. O Fórum Social Mundial pode ser visto como um exemplo dessa forma de globalização. Por fim, um último modo contra-hegemônico de produção da globalização é o que produz resistência e luta por uma “desmercadorização” de tudo que pode ser considerado patrimônio comum da humanidade, tudo aquilo cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala global, como as reservas de água potável, os oceanos, as fontes de combustível, a biodiversidade das florestas, entre tantos outros exemplos.

Consideramos que a categorização feita por Santos nos ajuda a perceber a manifestação das forças hegemônicas e contra-hegemônicas no processo da globalização. Esta diferenciação entre formas de produção da globalização justifica uma compreensão de que não estamos vivendo uma globalização, mas várias, como diz o autor. Tal compreensão será a base de sua teoria sobre o sistema mundial em transição, por conter elementos do sistema mundial velho e um conjunto de elementos que podem ou não conduzir a um novo sistema mundial ou outra entidade nova, que segundo o autor pode ser sistêmica ou não (SANTOS, 2001). Nesse ponto gostaríamos de nos deter para expressar uma crítica à teoria do autor.

Estamos de acordo que vivemos um momento de transição no sistema mundial, de forma menos pessimista que a visão de Wallerstein. As contradições cada vez mais profundas, manifestadas inclusive por processos distintos de globalização, como vistos anteriormente, evidenciam esse momento de luta do velho contra o novo, característica central dos momentos de transição. Tal compreensão não nos leva, no entanto, à compreensão de que estamos deixando um momento sistêmico e partindo para uma circunstância absolutamente alternativa de processos complexos configurados de forma anárquica. Embora em descompasso, as influências da globalização neoliberal na economia, na política e na cultura configuram um processo sistêmico.

Do mesmo modo, a globalização contra-hegemônica manifesta as investidas e as resistências de forma desigual em cada um dos setores, tanto pelas contingências como pela criatividade e possibilidades de cada setor, mas que almejam de modo geral um novo sistema mundial, com algumas premissas claras, como o estabelecimento da paz, da justiça social e econômica, da preservação do meio ambiente e garantia dos direitos humanos. A busca por evitar uma leitura

economicista do sistema mundial e por tentar demonstrar a importância de suas variáveis culturais não pode nos conduzir à perda do sentido de conjunto do processo. A seguir, iniciaremos uma análise do componente que mais nos interessa analisar: a participação política.

Democracia e participação política em tempos de Globalização

Um dos traços da globalização hegemônica que mais nos interessa desvendar é o da sua relação com a democracia. O discurso em defesa da democracia representativa liberal é um componente importante da globalização neoliberal e um dos seus mais imponentes escudos de resistência à contra-hegemonia. Com a queda do Leste Europeu e o conseqüente descrédito frente às experiências que representaram o campo de pensamento que mais rivalizou com o campo elitista e liberal ao longo do século XX, a supremacia da concepção restritiva de democracia emergiu como algo incontestável e desejável.

A hegemonia do pensamento neoliberal cresceu, principalmente, a partir da derrota das experiências socialistas e dos limites do campo marxista para justificar o autoritarismo e as restrições democráticas, que acompanharam o fim desastroso das experiências do Leste Europeu, como bem aponta Juarez Guimarães,

(...) a ausência de uma alternativa à democracia liberal que desfrutasse de credibilidade alimentou a condição paradigmática desta, elevação à condição de modelo reconhecidamente limitado, mas único e universalmente factível para a democracia (GUIMARÃES, 1999).

Como principais expressões da concepção hegemônica de democracia na Ciência Política, encontramos Joseph Schumpeter (*Capitalism, socialism, and democracy* - 1942), Macpherson (*The Real World of Democracy* - 1966), Samuel Huntington (*Political order in changing societies* - 1968), Anthony Downs (*An economic theory of democracy* - 1956), Arend

Lipjhart (*Democracies. Patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries* – 1984), Robert Dahl (*A preface to democratic theory* – 1956, *Polyarchy: participation and opposition* – 1971) e Norberto Bobbio (*O Futuro da Democracia* – 1986).

Poderíamos listar como os principais elementos, da concepção hegemônica de democracia, fundamentados por esses autores: a propalada contradição entre mobilização e institucionalização; a valorização da apatia política; a concentração do debate democrático no período meramente eleitoral; a abordagem do pluralismo simplesmente como a diferenciação partidária ou da disputa de projetos em uma eleição; e a restrição do entendimento de participação política (SANTOS & AVRITZER, 2002). A tese de que o único meio viável de viver a democracia na atualidade é relegá-la ao período eleitoral e à representatividade política, com a supressão da ação coletiva em conformidade com uma apatia generalizada, é a tradução atual e neoliberal de uma tese muito bem expressa por Benjamin Constant em *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, em 1819. Segundo Constant, enquanto para os gregos a liberdade estava em se ver livre das atividades domésticas e privadas para participar plenamente da vida pública e política, para os modernos “quanto mais o exercício de nossos direitos políticos nos deixar tempo para nossos interesses privados, mais a liberdade nos será preciosa”. Daí viria a necessidade do sistema representativo, “uma organização com a ajuda da qual uma nação confia a alguns indivíduos o que ela não pode ou não quer fazer” (CONSTANT, 1819).

Tendo como fundamento uma concepção individualista de liberdade e os elementos da concepção elitista de democracia, apoiada na falência das alternativas surgidas no campo marxista de democracia popular - significando o domínio do partido único e da idéia de inevitabilidade da condução emancipatória do proletariado - a concepção hegemônica

neoliberal de democracia preponderou nas últimas décadas e se demonstrou como um braço político e cultural forte do projeto hegemônico. No entanto, apesar de sua difusão espetacular e midiática pelo mundo, os problemas gerados com a baixa intensidade de participação política, a insatisfação com a qualidade da representação e os impactos criados pela crescente internacionalização das decisões políticas abriram uma fresta de possibilidades para se contrapor a tal hegemonia.

A contraposição vem de muito antes da consolidação da hegemonia democrático-liberal. Por mais que se encontre hoje em situação desfavorável e sem muita credibilidade no imaginário coletivo quanto à possibilidade de representar uma alternativa viável à democracia elitista, a tradição política marxista e o campo criado ao seu redor ao longo do século XX foi imprescindível para uma série de conquistas democráticas hoje defendidas pelo projeto hegemônico. As diversas lutas populares pelo direito ao voto; contra o nazismo e o fascismo; contra os regimes coloniais e racistas; pela universalização dos direitos políticos; pela criação dos direitos trabalhistas e sociais foram promovidas na maioria dos casos por organizações e movimentos de inspiração marxista ou com alguma referência no marxismo (GUIMARÃES, 1999). Assim como, ainda segundo Guimarães:

(...) toda uma cultura de democracia de base, de associativismo, de solidariedade social contraposta ao elitismo liberal vicejou neste século a partir da inspiração do marxismo. E sem estes movimentos sociais, a própria noção de espaço público na democracia liberal, sempre ancorada na ênfase na privatização do Estado e no privatismo civil, careceria de sentido” (GUIMARÃES, 1999).

Portanto, o campo contra-hegemônico atual vem de um acúmulo de experiências, ele também é expressão de um histórico de embates prévios à acentuação da hegemonia da globalização neoliberal. Dentro do campo contra-hegemônico, duas tendências se destacam e nos ajudam na compreensão da globalização da participação política. Uma primeira está inserida na tradição marxista e é encontrada principalmente nas contribuições de Gramsci e suas

elaborações fundamentadas na concepção de hegemonia, como visto em parágrafos anteriores. O raciocínio que fundou a concepção gramsciana de hegemonia dizia que a disputa pela dominação e conquista do poder político se dá não só na esfera do econômico e do uso da violência e da coerção, mas principalmente na disputa ideológica pela influência política e cultural de um determinado arco de grupos aliados sobre outros.

A indeterminação, portanto, está presente, ao contrário da inevitabilidade e linearidade evolucionista que colocou em xeque a credibilidade do marxismo no campo da teoria democrática. A concepção gramsciana aponta, ainda, para a valorização da cultura na luta emancipatória através da busca da realização plena na política, e não somente no procedimentalismo autorizativo da democracia representativa. Neste sentido, há também uma valorização da sociedade civil, pois é através da hegemonização dela que se poderão alterar os valores econômicos, políticos e culturais de uma sociedade. Na busca por hegemonizar a sociedade civil os trabalhadores estabelecem alianças com outros grupos sociais estabelecendo uma relação que agrega força, mas também modifica o próprio campo uma vez que a pluralidade passa a fazer parte da luta pela superação da dominação e na busca por uma democratização da formação da vontade coletiva (GUIMARÃES, 1999). Mais adiante, veremos como esse pluralismo está presente na dinâmica da participação política global contra-hegemônica nos dias atuais.

A outra tendência contra-hegemônica que analisaremos está fora do campo marxista, e disputa o significado do procedimentalismo dentro da teoria democrática. No seu fundamento, está a negação das concepções substantivas de democracia, dos totalitarismos, das homogeneizações, o reconhecimento das pluralidades e a valorização da indeterminação no processo democrático. Entre os autores que mais contribuíram para as formulações desse

campo estão Lefort (*Pensando o político* – 1986); Castoriadis (*As encruzilhadas do labirinto* – 1986); Habermas (*A teoria da ação comunicativa* – 1984, *Between Facts and Norms* - 1995); Lechner (*Los Patios Interiores de la Democracia* – 1988); Bóron (*Estado, capitalismo e democracia na América Latina* – 1994) e Nun (*Democracia: gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?* - 2000).

A tradição que se formou em torno desse campo traz como um dos seus principais elementos a valorização do discurso argumentativo que possibilita pensar o procedimentalismo associado à idéia de participação (HABERMAS, 1984). Recentemente, tem crescido bastante a produção teórica desse campo através dos estudos de experiências novas que conjugam procedimentalismo, pluralismo, deliberação e inovação institucional, como o Orçamento Participativo no caso do Brasil e os Panchayats na Índia (Avritzer e Santos, 2002). Outro elemento importante é o da ressignificação cultural da prática democrática através da ação dos movimentos sociais. O Brasil tem contribuído muito nesse debate com trabalhos de Escobar e Alvarez (1992); Alvarez, Dagnino e Escobar (1998); Doimo (1995) e Avritzer (2002), que trazem para a discussão a importância do estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade que incorpore as mudanças nas relações de gênero, etnia e uso do espaço público que vem sendo promovidas principalmente através da ação dos movimentos sociais.

As duas tendências demonstradas nos ajudam a desenvolver uma concepção da participação política na globalização contra-hegemônica. Tomaremos emprestado de Santos e Avritzer (2002) a identificação de três pontos de tensão entre a concepção hegemônica e contra-hegemônica e ampliaremos a análise para um espectro global. De forma resumida, são seguintes os pontos de tensão: procedimento x participação; burocracia x gestão participativa; delegação das decisões x representação das diferenças. Segundo os autores, quanto ao

primeiro ponto de tensão, ao propor mudar as bases das relações entre Estado e sociedade a concepção contra-hegemônica de democracia rompe com a idéia de que a democracia é só procedimento e demonstra como a participação pode influenciar nos resultados, aqui acrescentaríamos a visão gramsciana da valorização da cultura na luta emancipatória, e apontaríamos para o crescimento dos movimentos sociais através de redes mundiais como, por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres (gênero) e ATTAC (pela socialização das decisões econômicas) que colocam essa tensão no nível global.

O segundo ponto de tensão tem a ver com a burocratização do exercício político e a incapacidade das instituições de dar respostas criativas a problemas aparentemente genéricos. Frente a isso, segundo Santos e Avritzer, as experiências participativas dos países do sul têm sido um êxito justamente por conseguirem transferir práticas e informações do nível societário para o administrativo demonstrando que a participação política pode contribuir na produção de respostas dinâmicas e criativas. Este ponto de tensão também pode ser identificado no plano global quando a crescente burocratização e especialização das agências internacionais impossibilitam uma maior participação dos governos nacionais e seus cidadãos em decisões políticas importantes. Um exemplo é o período pré-instalação da guerra no Iraque, em que ficou concentrado na mão de uma equipe técnica da ONU o exame da existência ou não de armas proibidas no país, que daria os elementos definitivos para a decisão da instalação ou não da guerra. As massivas mobilizações mundiais de fevereiro de 2003 demonstraram que existe uma pressão participativa pela democratização das decisões políticas mundiais.

O último ponto de tensão aponta para os limites entre a necessidade de delegação das decisões e eleição da representação em sociedades, cada vez mais numerosas, e a deficiência na representação de distintos grupos presentes no seio dessas sociedades. Segundo Santos e Avritzer, somente uma articulação entre democracia representativa e participativa pode

colocar em evidência os interesses dos grupos mais vulneráveis socialmente. Por isso mesmo, é importante, segundo Gramsci, que os diversos grupos sociais que formam uma aliança na busca da hegemonia valorizem a pluralidade e incorpore distintas características em um único projeto de emancipação e democratização da vontade coletiva. Tal fenômeno tem sido fortemente percebido em escala global através do encontro de diversos movimentos sociais com distintos interesses e níveis de representação (local, nacional, mundial) em eventos como o Fórum Social Mundial, e da busca de uma plataforma geral contra-hegemônica. Dando indícios da formação de uma sociedade civil global, como veremos a seguir.

Sociedade civil global

A construção de uma vontade coletiva mundial que representa o exercício das investidas contra-hegemônicas tem se dado no seio de uma emergente sociedade civil global. A idéia da existência de uma sociedade civil global é eminentemente contra-hegemônica, uma vez que o pensamento hegemônico percebe o mundo dividido em Estado e mercado, em que, por um lado, a sociedade civil se dilui no próprio estado, privatizado, e por outro a sociedade civil é a extensão da esfera do mercado:

Se a grande lição a ser extraída do colapso do socialismo é a do penoso erro envolvido na pretensão de construir uma cidadania democrática socialista prescindindo inteiramente do mercado e do princípio do mercado, a experiência dos países capitalistas avançados e de tradição liberal-democrática deixa claro que a construção de uma cidadania democrática no âmbito do capitalismo não pode, por seu turno, prescindir do Estado (Fábio W. Reis, 2000).

Seguindo esta lógica:

(...) o objetivo de “recortar” e definir o lugar específico da sociedade civil não apenas se frustra, como também o esforço por alcançá-lo dilui a crucial dialética entre os aspectos de solidariedade e interesses, consenso e conflito, “comunidade” e “sociedade” que foram anteriormente destacados como perpassando os diferentes planos ou esferas da sociedade (Idem).

A idéia subjacente é a de que a utilização do termo sociedade civil turvaria o exercício de entendimento da realidade, pois seria impossível excluir a idéia de “interesses” do âmbito da sociedade civil, uma vez que a ação dos movimentos sociais, por exemplo, que se desenvolve no seu interior, se dá de forma estratégica na busca de seus objetivos e no exercício da resistência. Sendo, portanto, impossível despojar este universo da idéia de mercado. Dentro do projeto de globalização hegemônica, tal concepção caminha ao lado da difusão da democracia representativa liberal como receitas de sociabilidade contemporânea. Deste modo, espera-se que os cidadãos estabeleçam com a política uma relação utilitarista, visando meramente a realização de interesses individuais e, quando muito, de grupos que representam necessidades específicas e fugazes.

Mas, mesmo com a forte hegemonia do pensamento neoliberal, o que tem se observado é que, na contra-mão deste pensamento, está surgindo uma sociedade civil global, que tem potencializado um projeto contra-hegemônico de globalização, avesso ao esvaziamento da participação política. Para chegarmos a tal concepção, vejamos, primeiramente, como se desenvolveu o conceito de sociedade civil nas Ciências Sociais, pois são pelo menos cinco os entendimentos encontrados.

Para os jusnaturalistas, a sociedade civil se contrapunha à “sociedade natural” adquirindo o significado de “sociedade política”, portanto de Estado. De Hobbes até Kant, é defendida a tese de que a sociedade civil ou o Estado nasce como o contrário do estado primitivo da humanidade. O estado primitivo correspondia à convivência humana baseada nas leis naturais e a violência egoística prevalecia como forma de resolução de conflitos. Dentro dessa mesma tradição, encontramos Rousseau que introduz uma variação ao entendimento da sociedade civil, constituindo o segundo significado, portanto. A sociedade civil de Rousseau não se

contrapõe somente ao estado de natureza, mas também às organizações sociais mais primitivas ou “não civilizadas”. Deste modo, para Rousseau, a sociedade civil é também a sociedade civilizada, mas não é ainda a sociedade política, como em Hobbes ou Locke. A sociedade política, para ele, só surgirá do contrato social e representará uma superação da sociedade civil. Rousseau introduz um entendimento que será encontrado nas futuras teorizações sobre sociedade civil, significativamente em Marx, o da contraposição entre Estado, ou sociedade política, e a sociedade civil.

Já para Hegel, responsável pela introdução de um terceiro significado de sociedade civil, ela estará no meio do caminho entre a forma mais primitiva, ou natural, de sociedade que é a família e o Estado que seria a forma mais ampla e desenvolvida de organização social. O Estado, ou, a sociedade política, superaria e sublimaria as formas anteriores de sociabilidade. A sociedade civil de Hegel é a dissolução da unidade familiar em classes sociais que obedecem à dinâmica das necessidades econômicas e promovem uma primeira tentativa de regulamentação externa dos conflitos humanos, sem a organicidade, porém, característica da forma definitiva de sociabilidade que será o Estado. Assim como Rousseau, Hegel contraria os primeiros jusnaturalistas diferenciando a sociedade civil do Estado e dá ao último um status de excelência e superioridade, e relegando à sociedade civil a condição de reino das necessidades.

Marx retoma as considerações de Hegel, mas dá ao conceito de sociedade civil uma identificação direta com a idéia de sociedade burguesa. A concepção marxista de sociedade civil é histórica e só tem sentido se analisada à luz da passagem da sociedade medieval para a sociedade burguesa, em que o centro é o indivíduo, protagonista da luta de um contra todos, do egoísmo, da propriedade privada, do materialismo. Com a emergência da sociedade

burguesa, cria-se a necessidade da existência do Estado. Por sua vez, este será incapaz de promover os interesses universais e a cidadania, por não suprir as necessidades econômicas de cada indivíduo. Surge, assim, a dicotomia inerente ao Estado moderno. É por isso que, segundo Marx, a essência do Estado será encontrada nas características da sociedade civil ou das relações econômicas burguesas, porque a sociedade civil é o espaço em que tem lugar a estrutura (relações econômicas) de cada sociedade sobre a qual se elevará a superestrutura jurídica e política.

O quinto significado de sociedade civil encontramos em Gramsci. O autor também vai distingui-la do Estado assim como Rousseau, Hegel e Marx, mas fazendo com que o termo se aproxime mais do seu sentido original do que prossiga a trajetória de distanciamento radicalizada por Marx.

A novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção ao qual tudo deve ser orientado, como queria Hegel. Nem se reduz ao mundo exclusivo das relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder (SEMERARO, 1999).

Apesar de se encontrar na tradição marxista, Gramsci vai localizar a sociedade civil na superestrutura e não na estrutura como seu antecessor e inspirador teórico. Em momento anterior deste trabalho, já tivemos a oportunidade de expor a concepção central da teoria gramsciana de hegemonia e aqui podemos evoluir na análise do seu pensamento dizendo que a sociedade civil representa justamente o momento da hegemonia, representando não só as relações econômicas como as relações ideológico-culturais. Gramsci não abandona a tese marxista de prioridade da estrutura econômica, mas mostra a importância do momento de formação e transmissão de valores necessários para o exercício da dominação. A sociedade

civil adquire a característica do espaço de disputa ideológica pela manutenção da dominação hegemônica de um determinado grupo que está dirigindo o Estado. Deste modo, a hegemonia organizada na sociedade civil irá proteger o Estado ao mesmo tempo em que este irá fortalecer a hegemonia da classe dominante através do aparelho coercitivo. Gramsci não deixa de lado, no entanto, a idéia marxista de necessidade da abolição do Estado, condenando inclusive a “estatolatria”, porém redefinirá o desaparecimento do aparelho estatal como o resultado do desenvolvimento da auto-regulação da sociedade civil.

Se as considerações a respeito da sociedade civil, como visto, estão desde o princípio referidas à elaboração de uma concepção do Estado e à existência do Estado, seja como resultado da evolução da sociedade civil ou como sua contra-parte, como refletir sobre o surgimento de uma sociedade civil global, se não existe tal coisa como um Estado mundial ou mesmo transnacional?

Mary Kaldor, autora do livro *Global Civil Society – An Answer to War*, propõe uma combinação das teorias sobre sociedade civil desenvolvidas até aqui para fazer uma leitura do que seria uma “sociedade civil global” na atualidade. A autora apresenta três leituras interessantes que seriam fruto de visões contemporâneas já elaboradas sobre a sociedade civil global.

A primeira seria a “ativista” que pressupõe uma radicalização da democracia e a extensão da participação e da autonomia. Uma sociedade civil global ativa precisaria ter uma auto-organização fora dos círculos políticos padrão, e condições de influenciar nas condições de existência, seja pela auto-promoção ou pela pressão política. Para tanto, seria necessária uma

esfera pública global com comunicação livre, com atividades de plataformas internacionais e um reflexo na mídia internacional.

Uma segunda concepção seria a neoliberal. Teria como modelo a sociedade civil estadunidense baseada no ativismo através do voluntariado e do terceiro setor, substituindo várias funções do estado. Esta seria a concepção mais facilmente transportada para uma arena global como contrapartida à globalização econômica. As ONG's assumiriam o papel de um Estado global de forma semelhante à idéia defendida por Negri em *Império*.

Uma terceira e última visão de sociedade civil global seria a pós-moderna. Representando uma universalização da concepção ativista e neoliberal com o princípio básico da tolerância. A sociedade civil seria arena de pluralismo e contestação, ao mesmo tempo de incivilidade e civilidade. Transpondo para a realidade de hoje, segundo a autora, visualizaríamos um espalhamento de campos de contestação, uma pluralidade de sociedades civis globais através de distintas redes.

Acrescentaríamos à sugestão de Kaldor um exercício de análise, através da contribuição gramsciana, da dinâmica de formação de um embrião de sociedade civil global. Para Gramsci, a sociedade civil deveria ser disputada pelas classes subalternas com a burguesia, portanto, mais do que resistir, a missão revolucionária deveria buscar reinventar os termos de uma nova sociedade. Nesta luta, seriam vitais a liberdade de organização e a atividade intensa das massas.

Gramsci refletiu sobre a sociedade civil no momento em que o mundo vivia o fim da segunda guerra mundial. Naquele período, a construção de uma opinião generalizada contra a guerra

contaminou as sociedades civis nacionais e se transformou em um grande movimento pela paz mundial, mesmo entre os povos não diretamente envolvidos na guerra. A disputa pela hegemonia da sociedade civil ganhava contornos mundiais e um grande movimento de massas foi instaurado contra uma elite dominante desmoralizada. Podemos pensar nestes fatos como precursores de uma participação política global contra-hegemônica.

Hoje, 60 anos depois do final da segunda guerra mundial, movimentos organizados, principalmente da Europa, realizam diversas atividades reivindicando o fim da guerra como uma vitória popular internacional. Os movimentos contra a guerra, na época, foram desenvolvidos no âmbito das sociedades civis nacionais, mas sua influência foi valorizada principalmente por se tornar um movimento global capaz de atingir sociedades civis, não diretamente envolvidas com a guerra. Em tempos de globalização, uma maior “democratização” dos meios de comunicação de longo alcance tem possibilitado maior interação entre indivíduos, organismos e grupos de várias partes do planeta, o que contribui para uma maior difusão de idéias e propostas, generalizando valores “cosmopolitas” e difundindo formas de ação e interlocução entre distintas sociedades civis, formando consensos mundiais a respeito de temas que afetam a maioria da humanidade.

O diálogo entre os movimentos sociais do centro e da periferia do capitalismo e sua identidade “contra-hegemônica” tem gerado espaços de diálogo, convergências e apontamento de alternativas como o Fórum Social Mundial. A perspectiva gramsciana de aposta na subjetividade, na inventividade cultural e na capacidade de disputa pela hegemonia da sociedade civil, através da luta de idéias, aliada a condições materiais objetivas dadas no interior do capitalismo, pelas “massas” ou “subalternos” parece estar se confirmando na dinâmica da globalização social.

O Estado Nacional na Era Global

Ao tratar a sociedade civil, de certa forma, já introduzimos a discussão sobre a questão do Estado, outro conceito bastante abalado pela dinâmica da globalização. É objetivo também deste trabalho demonstrar que a compreensão sobre o papel do Estado na atualidade está influenciada pela dinâmica da tensão entre globalização hegemônica e contra-hegemônica.

As evidências têm deixado claro, como discorreremos a seguir, que as mudanças sofridas na estrutura do Estado nacional e no “concerto” entre as nações não tem apontado para seu fim, como sentenciam setores da globalização hegemônica, mas para a sua recomposição em novas bases com aumento do poderio dos Estados centrais do capitalismo e da submissão dos Estados periféricos do sistema, ocorrendo simultaneamente com a criação de um sistema de governança global alvo das demandas da sociedade civil global. Apesar da crescente internacionalização de fóruns decisórios, da crise de representatividade do Estado perante seus cidadãos, da crescente iniciativa pela participação política global e relativa perda de soberania do Estado nacional, não podemos dizer que estamos entrando em uma era pós-nacional ou em um “império”.

A globalização tem colocado em xeque a teoria moderna do Estado soberano que supõe a idéia de uma comunidade nacional de destino, que se governa a si mesma e determina seu futuro. O crescimento das interconexões regionais e globais colocam em dúvida a maneira tradicional de resolver no plano nacional questões centrais da teoria e da prática da democracia territorial (Held, 1991). Conforme David Held,

As implicações desse fenômeno são profundas (...) para todas as idéias-chave do pensamento democrático: a natureza da base político territorial do processo político; o significado da responsabilidade das decisões políticas; a forma e alcance da participação política; e enfim, a relevância do Estado-nação como guardião dos

direitos e deveres dos cidadãos no momento em que ele se vê às voltas com relações e processos nacionais desestabilizadores (Held, 1991).

As implicações da globalização hegemônica sobre a dinâmica dos Estados nacionais têm se manifestado, principalmente, através de uma crescente redução da capacidade de controle sobre o que se passa dentro e fora do território nacional; diminuição do poder de intervenção na economia; estabelecimento de colaboração internacional em responsabilidades essenciais como defesa e comunicação; aumento sucessivo do grau de integração política com outros Estados, ex: OEA (Organização dos Estados Americanos) e UE (União Européia), ou através de agências como FMI, BM e OMC; crescimento de instituições, organizações e regimes que constituem a base de uma governança global.

Tais alterações, no entanto, não nos levam a conclusões como a de Negri, em *Império*, que acredita que estamos vivendo a decadência e a falência final do Estado-nação. Segundo o autor, a soberania anteriormente detida pelos Estados nacionais tem sido transferida a uma nova estrutura global de dominação na qual as decadentes formações estatais têm um papel cada vez mais marginal. O autor inclui no rol de Estados decadentes e totalmente desprovidos de controle sobre a dinâmica de dominação global até mesmo os Estados centrais do imperialismo, como os Estados Unidos da América. Essas conclusões nos parecem absolutamente equivocadas e há fortes indícios de que o processo de globalização, através de suas forças hegemônicas e contra-hegemônicas, tem como principais atores justamente os Estados nacionais. Cabendo aos Estados mais fortes a liderança e a determinação da condução do processo.

Os Estados Unidos da América têm sido o Estado-nação que tem se mostrado mais protagonista na condução da globalização hegemônica estabelecendo, inclusive, padrões de

soberania que utiliza para avaliar seus aliados e seus inimigos. Enquanto a soberania dos primeiros deve ser preservada e defendida a dos segundos deve ser violada e debilitada, como ficou patente durante o último golpe desferido contra a Venezuela em abril de 2002. Quanto a sua própria soberania, os EUA têm repudiado sistematicamente qualquer instrumento jurídico que signifique um mínimo de ameaça à sua autodeterminação. Exemplos claros são a sabotagem à criação do Tribunal Penal Internacional, a recusa em assinar o Protocolo de Kyoto de preservação ambiental, a não assinatura da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, e vários outros casos em que a assinatura implicaria transferência de soberania para um órgão internacional cujo controle poderia escapar de suas mãos.

Outras evidências que demonstram a falácia da idéia de uma decadência final e irreversível do Estado estão nos dados quantitativos disponíveis sobre os gastos públicos e o aumento do aparato estatal nas últimas décadas. Dados de diversas fontes como governos nacionais, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Mundial, FMI, OCDE, demonstram que os Estados centrais do capitalismo foram fortalecidos nos últimos anos apesar da retórica hegemônica neoliberal antiestatal lançada desde a década de 80. Já nos países periféricos do sistema, o processo de globalização hegemônica sob a égide da ideologia do neoliberalismo trouxe debilitação e exposição das economias nacionais aos fluxos de investimentos das grandes empresas transnacionais e às políticas dos países desenvolvidos, em especial os EUA. Tal processo de enfraquecimento dos Estados nacionais periféricos é resultado da pressão exercida por uma coalizão formada por EUA, FMI, BM, OMC e G7, que obrigou as já endividadas nações do sul a aplicar as metas do Consenso de Washington e a orientar suas economias em consonância com os interesses da coalizão dominante (Boron, 2004).

Por outro lado, como aponta Boaventura Santos, também não podemos afirmar a decadência do Estado porque as funções hobbesianas, repressivas, do Estado continuam em vigor tanto na periferia como no centro do sistema. Na periferia, porque os governos são obrigados a usar o aparato repressivo para conter as inevitáveis conseqüências da aplicação de um sistema injusto e desigual com uma numerosa multiplicação dos explorados e dos excluídos, e no centro, porque a manutenção de um sistema eqüitativo é feita às custas do sofrimento de negros e latinos na América do Norte e de africanos na Europa, criando contextos extremamente tensos como os vistos recentemente nas “revoltas de Paris”. O que está em crise, de acordo com Boaventura, é a capacidade do Estado de promover intercâmbios não-mercantis entre os cidadãos, como veremos a seguir.

Nos próximos capítulos, tentaremos demonstrar como a consecução de um projeto de globalização hegemônica tem suscitado uma reação contra-hegemônica em termos de participação política, através das iniciativas de uma sociedade civil global que se dirige a um sistema “nebuloso” de governação global (Cox, 1997), e de Estados marginalizados, inseridos em uma “concertação” de Estados divididos entre centrais e periféricos, dominadores e dominados, e profundamente abalados no exercício de sua soberania e em busca de reabilitar seu papel protagonista dentro da disputa pela hegemonia global.

O problema não tem sido apenas,

(...) que as decisões rotineiras e extraordinárias dos representantes das nações e Estados-nação afetam profundamente os cidadãos de outros Estados-nação – que muito provavelmente não tiveram a ocasião de dar ou negar o seu consentimento – mas também que a ordem internacional é estruturada por agências e forças sobre as quais os cidadãos têm um controle mínimo, se é que tem algum, e a respeito das quais os cidadãos não têm como sinalizar seu acordo ou desacordo (Held, 1991).

Mas também pela exclusão dos próprios Estados da possibilidade de exercer seu papel no cenário internacional. O Estado está, portanto, ameaçado por cima (dinâmica transnacional) e por baixo (exercício da democracia territorial).

A pressão dos “de baixo” (Falk, 1999) tem criado um novo internacionalismo contra-hegemônico que se manifesta na busca pela globalização da participação política e a democratização do sistema internacional de tomada de decisões. Uma das iniciativas é a busca da influência sobre os representantes governamentais que irão representar a nação nos espaços de decisão transnacional, um exemplo é a campanha contra a ALCA na América Latina, que pressiona os Estados a reverem suas posições nas reuniões da OEA ou nas reuniões de Cúpula das Américas. Outra frente busca a formação de consensos mundiais em torno de temas generalizáveis que possam exercer uma pressão sobre organismos centrais da globalização hegemônica como o Conselho de Segurança da ONU ou o G7, um exemplo foi a campanha mundial contra a instalação da guerra no Iraque em 2003.

De forma simultânea, um complexo de iniciativas locais, nacionais e regionais de tomada de iniciativas participativas; formação de redes e plataformas; difusão de valores em torno de temas como a paz, o meio ambiente, o feminismo, a discriminação racial; promoção de encontros como as reuniões paralelas aos encontros internacionais oficiais, como a Cumbre de los Pueblos, realizada recentemente durante a Cúpula das Américas, ou o Fórum Social Mundial vão tecendo o perfil da globalização contra-hegemônica criando as condições subjetivas para uma mudança de paradigma de organização da humanidade, menos mercantil e mais solidária.